

A PROLONGADA NEUTRALIDADE ARGENTINA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: UMA PERSPECTIVA DAS CAUSAS MATERIAIS

THE EXTENDED ARGENTINE NEUTRALITY DURING THE SECOND WORLD WAR: A PERSPECTIVE OF THE MATERIAL CAUSES

Fernanda Lins¹

Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília
Brasília – Distrito Federal – Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as motivações materiais que justificaram a manutenção da política de neutralidade do Estado argentino durante a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, as relações conflituosas entre Argentina e Estados Unidos são essenciais para compreender o modo como o país sul-americano reagiu às contínuas pressões realizadas pelos EUA desde o ataque a Pearl Harbor, quando os Estados Unidos declararam guerra ao Eixo e desde então orquestraram o evento em uma retórica de Pan-Americanismo, em grande parte imbuído pelo projeto hegemônico estadunidense para a região das Américas. Além de uma reação a este projeto perpetrado pelo governo dos Estados Unidos, os elementos internos são essenciais para abordar a decisão de neutralidade, especificamente a tradicional diplomacia argentina em relação a conflitos europeus, e as agendas debatidas na Argentina por movimentos sociais durante a Primeira Guerra Mundial e a Guerra Civil Espanhola, questões que emergiram novamente na Segunda Guerra Mundial. A partir dessas abordagens acerca das razões para a neutralidade argentina — internas e externas —, este texto pretende colaborar, por meio de uma revisão bibliográfica, com uma análise que emprega perspectivas de diferentes atores e seus interesses materiais.

Palavras-chave: Argentina. Neutralidade. Segunda Guerra Mundial. Política Externa.

Abstract: This article aims to analyze the material motivations that justified the continuity of the neutrality policy by the Argentine state during the Second World War. In this purpose, the Argentine-United States confrontational relations are essential to comprehend the way the South American country reacted to the continuing strains engaged by the USA since the Pearl Harbor attack, when the United States declared war to the Axis and since then orchestrated the event into a rhetoric of Pan-Americanism, largely imbued with the hegemonic American project for the Americas region. Besides a reaction to this project perpetrated by the USA government, the internal elements are crucial to address the decision for the neutrality, especially the traditional Argentine diplomacy in relation to European conflicts, and the agendas debated in Argentina by social movements during the First World War and the Spanish Civil War, issues that emerged again in the Second World War. From these approaches of the reasons to the Argentine neutrality —internal and external —, this text pretends to collaborate with an analysis, by a bibliographical review, that applies perspectives of different actors and their material interests.

Key-words: Argentina. Neutrality. Second World War. Foreign Policy.

Recebido: 23/06/2020

Aprovado: 07/07/2020

Introdução

A prolongada neutralidade da Argentina ao longo da Segunda Guerra Mundial, na qual só ingressou oficialmente ao lado dos Aliados em 27 de março de 1945, foi um tema significativo no debate

¹ fernandamlins18@gmail.com

historiográfico argentino. Este abrangeu questões como a existência ou não de identificação dos governos argentinos no período 1939-1945 com o fascismo europeu, as consequências econômicas e políticas da neutralidade no pós-guerra, além de comparações com as políticas externas de outros países latino-americanos, principalmente com a do Brasil (RAPOPORT, 1995). Tendo em perspectiva as contribuições desses debates para a compreensão das causas e consequências da neutralidade argentina na Segunda Guerra, o presente artigo pretende colaborar para elucidar as causas dessa manifestação, evitando endossar as análises que creditaram às supostas semelhanças político-ideológicas dos governos argentinos com os regimes do Eixo a razão da prolongada opção pela neutralidade.

Nesse sentido, será realizada uma revisão bibliográfica baseada nas obras de autores especializados nas questões pertinentes à política externa argentina, e em especial aos eventos da prolongada neutralidade ao longo da Segunda Guerra Mundial. Para tanto, serão analisadas fontes internas e externas capazes de indicar os principais vetores da opção por essa neutralidade, sendo que a separação entre essas causas tem um cunho meramente analítico, uma vez que se compreende que em realidade ambas são complementares (VAN KLAVEREN, 1992). A partir dessa percepção, a hipótese do artigo é de que a posição da neutralidade respondeu, em última instância, ao padrão das relações da Argentina com os Estados Unidos, esboçado em contraposição àquelas desenvolvidas com a Grã-Bretanha (causas externas), às tradições diplomáticas já consolidadas ao longo das décadas anteriores e às próprias bases materiais da sociedade argentina de então (causas internas).

A ambígua relação com os EUA, que manifestava contradições e antagonismos nos âmbitos bilateral e hemisférico, assim como o tradicional vínculo econômico e diplomático com a Grã-Bretanha, evidenciaram, portanto, os interesses estratégicos do Estado argentino. As tradições diplomáticas responderam ao já corrente posicionamento oficial do Estado perante os conflitos europeus, com antecedentes importantes na Primeira Guerra Mundial e na Guerra Civil Espanhola. Por fim, a existência, a persistência e o fortalecimento de grupos nacionalistas alinhados à perspectiva do exercício de autonomia perante os EUA no contexto internacional e hemisférico permitiram, também, a perduração do posicionamento de neutralidade. Esta, distintamente do apontado pelas análises que enfatizam os aspectos meramente ideológicos ou as causas externas, possuía, portanto, relevantes bases sociais nacionais de apoio, para além da cúpula governamental.

A hipótese do trabalho e as análises que aqui serão desenvolvidas estarão submetidas ao princípio de que a validade de teorias no âmbito geral das ciências sociais há de ser remetida à evolução histórica dos fenômenos sociais que se pretende explicar (FERNANDES, 2000), e, por

essa razão, serão recapituladas as tensões entre os interesses argentinos e estadunidenses, num contexto de contraposição ao vínculo argentino-britânico, bem como as orientações historicamente assumidas pela diplomacia do país sul-americano. No decorrer desse processo de digressão histórica e do período 1939-1945, será enfatizada, na seção que analisa a conformação das relações argentinas com EUA e Grã-Bretanha, uma abordagem baseada na atuação estratégica dos representantes de Estado encarregados pela política externa dos seus respectivos países, variável identificada por Van Klaveren (1992) como política do poder, que “considera as ações de outros países como os principais fatores condicionantes das decisões de política externa” (1992, p. 191, tradução da autora). No segmento que analisa a tradição da política externa e as bases materiais da sociedade argentina, o foco recairá sobre a atuação de atores não estatais, como os grupos nacionalistas, tendo em vista sua crescente influência social, potencializada a partir do golpe de junho de 1943.

De modo a elucidar esses pontos centrais, o artigo será dividido em três etapas. Na primeira parte, serão discutidos os principais vetores da política externa dos Estados Unidos para a América Latina, a forma como contribuíram para a formação do sistema hemisférico pan-americanista e os conflitos que geraram com os interesses argentinos, num contexto de contraposição ao vínculo econômico e diplomático da Argentina com a Grã-Bretanha. A segunda parte abordará as orientações tradicionais assumidas pela diplomacia argentina frente aos conflitos europeus, e o entrelaçamento destas com questões pertinentes à afirmação de identidades político-ideológicas (nacionalistas, hispano-americanistas e anti-imperialistas) que tiveram reflexos nos posicionamentos ao longo da Segunda Guerra. Ao final, serão discutidos os meios pelos quais foram forjadas as bases de sustentação interna do posicionamento argentino.

1. A América Latina sob o projeto pan-americanista dos Estados Unidos

Inquestionavelmente, a política externa estadunidense e seus objetivos estratégicos para a América Latina são vetores cruciais para a compreensão do posicionamento argentino ao longo da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, serão analisados os principais vetores da inserção estadunidense na América Latina à época, destacando seus princípios e motivações, bem como as alterações durante a evolução dos eventos. Em um segundo momento, serão destacadas as relações político-econômicas dos EUA com a Argentina e a forma como foram influenciadas pelos tradicionais vínculos argentinos com a Grã-Bretanha.

Após a crise financeira de 1929, a política externa dos Estados Unidos para a América Latina realizou importante inflexão, tornando-se menos militarizada do que no período anterior,

quando caracterizada pela Diplomacia do Dólar e pelo *Big Stick*. A explicação mais imediata para essa nova política, de Boa Vizinhança, foi a conjuntura pós-crise, que, apesar de ter irrompido em *Wall Street*, teve efeitos em escala global. Nessas circunstâncias, a política externa dos EUA buscava atingir o objetivo fundamental de aumentar o volume de exportações, abrindo novos mercados, para, conseqüentemente, potencializar as divisas do país, diminuindo o impacto da crise financeira. Soma-se a esse cenário o fato de que, nesse período, grande parte da Ásia e da África ainda se inseria em explícitas zonas de influência dos impérios europeus e do império japonês ainda em processo de expansão e consolidação (BASTOS, 2015). Então, o cerne da política externa estadunidense para a América Latina passou a ser fundamentado pelo estabelecimento de mecanismos conciliatórios nas relações diplomáticas, prezando por maior diálogo e harmonia, preferencialmente por vias multilaterais, como bem expressou o discurso da posse presidencial de Roosevelt em 1933.

A Boa Vizinhança foi uma das contínuas políticas dos EUA concernentes à consolidação de seu projeto pan-americanista, destacando-se que o pan-americanismo na retórica e na prática do governo dos Estados Unidos nesse período é distinto em seu conteúdo unificador do pan-americanismo originário, o qual foi construído nos processos independentistas americanos, cujo ideólogo expoente foi Simón Bolívar. O marco institucional desse movimento foi o Congresso do Panamá, ocorrido em 1826, onde estiveram presentes representantes de seis regiões: Grã-Colômbia (atual território que compreende a Venezuela, a Colômbia, o Equador e o Panamá), Peru, México, República Centro-Americana (os atuais Guatemala, Honduras, Costa Rica, Nicarágua e El Salvador), Grã-Bretanha e Países Baixos. Esses dois últimos em condição de observadores (DE BRITES FIGUEIREDO & BRAGA, 2017).

As idealizações desse projeto começaram antes mesmo da Primeira Conferência Pan-americana (1889-1890), realizada em Washington, e revelavam desde os seus princípios um peso importante das decisões e propostas dos EUA. Mesmo em um contexto de instalação de “protetorados” em Cuba e no Panamá e da anexação de Porto Rico pelos EUA, ações alinhadas às perspectivas da doutrina Monroe e da política do Big Stick, os países participantes das Conferências Pan-americanas não as denunciaram abertamente. Com isso, um dos objetivos das delegações dos EUA nas conferências foi atingido: evitar a discussão sobre o intervencionismo estadunidense nas Américas, que estava associado às políticas hegemônicas do país (MORGENFELD, 2009).

Na Sexta Conferência Pan-americana (1928), entretanto, essa temática se tornou um dos debates centrais, em que foi evidenciado um ceticismo dos países latino-americanos no que tange ao pan-americanismo, justamente pelo fato de o intervencionismo estadunidense na região não ter sido

discutido anteriormente. Por outro lado, paralelamente, o conjunto desses países vinha se tornando mais dependente em termos econômicos das relações com os EUA, ou seja, a denúncia e o confronto às iniciativas estadunidenses poderiam custar caro (MORGENFELD, 2009). Mesmo assim, a temática teve certa relevância. Ao final da reunião, a imprensa europeia “identificou corretamente o pan-americanismo com o projeto imperialista dos Estados Unidos no continente” (MORGENFELD, 2009, p. 313, tradução da autora), um setor minoritário da imprensa dos EUA também criticava o imperialismo perpetrado pelo país, enquanto outro setor apontava para a necessidade de construir uma imagem dos EUA como um “bom vizinho”.

Assim, pode-se entender que, nessa conferência, o grau de receptividade dos países latino-americanos perante as ingerências diretas dos EUA em seus assuntos internos chegou ao limite, sendo uma das razões pelas quais se iniciaram discussões, conduzidas pelos dirigentes estadunidenses, de um novo posicionamento a ser adotado pelo país frente à América Latina. Desde então, a política exterior estadunidense para essa região foi progressivamente ensejando relações de perfil mais brando. Embora de forma superficial, a Boa Vizinhança passou a ser implementada ainda no final do mandato de Calvin Coolidge, e sua consolidação ocorreu já no governo Roosevelt (MORGENFELD, 2009).

Com essa breve contextualização da Boa Vizinhança, constata-se que, apesar da retórica de união e solidariedade entre as nações americanas, essa política estabelecia também pleno alinhamento com os interesses de projeção hegemônica estadunidense na região. Desde o início do projeto pan-americano, as principais movimentações dos EUA conjugavam interesses econômicos, visando garantir mercados aos seus produtos e proteção de seus investimentos na região, e interesses políticos, promovendo a assertividade de suas orientações na América Latina em detrimento daquelas de potências europeias. Portanto, o abrandamento, no geral, do perfil das relações dos EUA com os países da região não significou um fim desses propósitos, mas uma adaptação a uma nova realidade, que seria renovada, na segunda metade da década de 1930, por um fator adicional: a ascensão do nazifascismo na Europa.

Na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz (1936), os objetivos dos Estados Unidos se fundamentaram essencialmente na sua preocupação com o expansionismo da Itália, que avançava sobre a Etiópia, do Japão, que ocupava parte da China, e com a Alemanha, que já demonstrava que não cumpriria o que havia sido firmado em Versalhes (1918).

O objetivo estadunidense era começar a discutir um sistema de defesa continental que pudesse fazer frente a uma previsível escalada do conflito na Europa. [...] Em segundo lugar, chegar a um acordo para estabelecer um sistema de segurança hemisférica, sob a sua hegemonia (MORGENFELD, 2009, p. 372, tradução da autora).

Diante da possibilidade do irrompimento de mais uma guerra de grandes proporções, a questão da “segurança continental” tornou-se um dos agregados importantes da Boa Vizinhança. Não obstante Cordell Hull, secretário de Estado, e Roosevelt, presidente dos Estados Unidos, não lograssem atingir esses objetivos em sua plenitude – devido às oposições ensejadas por países que divergiam perante a questão dos mecanismos de segurança hemisférica –, a temática seria novamente levantada pelos EUA na Oitava Conferência Pan-americana (1938), a última conferência pan-americana antes da Segunda Guerra Mundial (MORGENFELD, 2009).

A delegação estadunidense, presidida por Hull, visava incluir na ata final dessa reunião, além de outras questões, um compromisso dos países americanos de ajuda em caso de agressão externa. Contudo, o documento que tratava dessa temática, a “Declaração dos princípios da solidariedade da América”, ou “Declaração de Lima”, foi aprovado sem efeitos jurídicos, uma vez que não tinha efeito vinculante. A declaração consistiu em princípios gerais sobre a solidariedade dos países americanos em caso de agressão externa, ressaltando a autonomia de decisão de cada país diante desse possível cenário. Com isso, Washington teve de renunciar, temporariamente, ao seu projeto de consolidação de um mecanismo sólido de defesa continental (MORGENFELD, 2009).

Feitas as devidas considerações sobre o projeto dos EUA para a América Latina e seus respectivos anseios quanto ao envolvimento dessa região no conflito que estava por começar, cabe uma análise do posicionamento estadunidense a partir do início da guerra.

Os Estados Unidos mantiveram a neutralidade frente ao conflito até outubro de 1941, quando a ofensiva militar japonesa levou ao bombardeamento da base norte-americana de Pearl Harbor. Esse posicionamento de neutralidade se deveu à força do setor isolacionista nas instituições decisórias do país, bem como à opinião pública majoritariamente contrária ao ingresso na guerra. Por outro lado, o apoio do país aos Aliados já ocorria a partir de mecanismos como a venda de armamentos, assim como no estabelecimento de tratados e alianças, como o pacto firmado entre os EUA e a Grã-Bretanha em 1941, a Carta do Atlântico. O bombardeio japonês foi o motivo que faltava para que Roosevelt e os seus correligionários convencessem a opinião pública da necessidade de entrada dos EUA na contenda, o que se concretizou em dezembro de 1941, com apenas um voto contrário no Congresso à declaração de guerra ao Eixo (MORGENFELD, 2009).

Em janeiro de 1942, na Conferência do Rio de Janeiro, reunião extraordinária proposta por Estados Unidos e Chile, o governo estadunidense expressou seu anseio de que os países americanos rompessem relações com o Eixo, conforme determinação da reunião anterior, de Havana, em 1940.

Todavia, ao longo das negociações, a Argentina se opôs à obrigatoriedade dessa medida, influenciando a adoção de um caráter recomendatório do rompimento das relações com o Eixo, o que ia na contramão das pretensões do governo estadunidense. Afinal, uma vez que o país norte-americano estava em guerra, a lógica de sua política externa para a América Latina e o sistema interamericano passava pela necessidade de requerer uma plena “solidariedade pan-americana”, que mantivesse a região coesa para enfrentar a “ameaça do Eixo” (MORGENFELD, 2009). Por seu turno, esta não foi a primeira nem a última vez em que a Argentina se posicionou de forma antagonista aos Estados Unidos no concerto pan-americano, situação que gerou um dos principais desafios à política de neutralidade adotada pela Argentina perante a guerra, que foi mantida, às duras penas, até janeiro de 1944.

2. Argentina e Estados Unidos: antes e durante a Segunda Guerra Mundial

Historicamente, depreendem-se de Tulchin (1989), em suma, três motivos estruturais para os desentendimentos entre Estados Unidos e Argentina durante a Segunda Guerra Mundial: 1) exportações relevantes de ambos os países foram concorrentes no mercado mundial por um período prolongado; 2) EUA e Argentina eram possíveis grandes potências na política mundial até 1914; 3) a tradicional conexão econômica entre Argentina e Grã-Bretanha. Disso se compreende que a rivalidade entre o país norte-americano e a Argentina já estava presente em décadas anteriores ao início da Segunda Guerra Mundial, sustentando-se majoritariamente em uma base material vinculada a questões econômicas e a explícitas disputas de poder.

Para se compreender a primeira causa, é importante observar que, a partir da década de 1860, a reinserção da Argentina na economia mundial ocorreu, consoante Ferrer e Rougier (2004), por meio de três vetores: o maior ingresso de investimentos estrangeiros no país, o aumento do fluxo de imigrantes europeus e a expansão do comércio internacional. Estes resultaram no impulsionamento do crescimento econômico argentino na segunda metade do século XIX. Consequentemente, a Argentina consolidou a inserção internacional de sua economia na condição de exportadora de matérias-primas e importadora de manufaturas e bens de capital (RAPOPORT, 1995).

Desde a primeira Conferência Pan-americana (1889-1890), uma das principais demandas argentinas em relação aos Estados Unidos era que este reduzisse o seu protecionismo econômico. Isso porque o país norte-americano estabelecia políticas de barreira à entrada de produtos argentinos nos EUA. Essa agenda da política externa argentina foi referencial, também, para o posicionamento da delegação do país nas conferências pan-americanas. Caso o governo avaliasse que existia

possibilidade de os EUA reduzirem o protecionismo, os representantes da Argentina mantinham um tom cordial com o país e evitavam debater e/ou trazer à tona temas polêmicos, como o imperialismo estadunidense na região envolto retoricamente de um pan-americanismo solidário (MORGENFELD, 2009).

A base argumentativa da segunda causa reside no crescimento econômico anteriormente mencionado, que perdurou até a Primeira Guerra Mundial. Este foi um dos motivos pelos quais analistas, não apenas argentinos, vislumbraram uma possibilidade real de que a Argentina se tornasse uma grande potência ou mesmo ultrapassasse a posição econômica dos EUA no sistema internacional (TULCHIN, 1989). Quanto à perspectiva argentina, a geração dos anos 1880 vivenciou, além do crescimento econômico, a laicização do ensino, uma difusão cultural em grau elevado e a modernização de cidades, auferindo às suas percepções um progresso nacional crescente (DI TELLA, 2017), além de, em décadas posteriores, o potencial argentino ter sido propagandeado e ter sido base da formação educacional dos argentinos. Por outro lado, esse potencial representava, sob a perspectiva estadunidense, uma ameaça ao seu projeto hegemônico no Ocidente, tendo em vista a política externa para a América Latina dos EUA nesse período, já analisada.

Quanto à terceira causa, Rapoport (1995) afirma que as relações entre Argentina e Grã-Bretanha se intensificaram diante de um processo de decadência britânica, que se iniciou ainda no final do século XIX, e se consolidaram a partir de 1880. Nesse período, o historiador afirma que a maioria dos investimentos britânicos eram destinados à Argentina, ao tempo em que a Grã-Bretanha enfrentava, no cenário internacional, a crescente concorrência de outros países industrializados emergentes, como Alemanha, Estados Unidos e França (RAPOPORT, 1995). Essa competição, especificamente com os EUA, revelou certas nuances, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, importante ponto de inflexão para as relações argentino-britânicas.

Segundo Tulchin (1989), a Grande Guerra evidenciou a dependência da economia argentina em relação à Grã-Bretanha e a menor relevância da Argentina na pauta mais ampla da política externa britânica no momento. Por sua vez, formou-se então o triângulo Grã-Bretanha-Argentina-Estados Unidos, a partir da conformação de um reajuste de funções de cada Estado, com os EUA assumindo a função de provedor de bens de capital e manufaturas, enquanto a Grã-Bretanha seguia sendo o principal cliente comercial da Argentina (RAPOPORT, 1995).

Desse modo, foi iniciado, desde os princípios da década de 1870, um processo de crise da hegemonia britânica e uma incipiente ascensão dos EUA à posição de hegemonia mundial (MARTINS, 2011). Não obstante essa mudança, a política externa argentina continuou a conceder

prioridade às relações comerciais com a Grã-Bretanha, o que confrontava com o projeto dos Estados Unidos para as Américas.

Foi firmado, em 1933, entre a Argentina e o governo britânico o pacto Roca-Runciman, em que a Inglaterra se comprometeu a manter as cotas de 1932 de importação de carnes argentinas, enquanto a Argentina, por sua parte, compraria manufaturas britânicas a partir da renda advinda da venda das carnes e manteria os interesses dos frigoríficos britânicos em relação aos estadunidenses e aos nacionais, dentre outras medidas. Essa política argentina atendia não só aos interesses britânicos, como também aos do setor agroexportador argentino, que defendia o slogan de “comprar de quem nos compra”, contrariando a política argentina recém em voga de substituição da compra de produtos britânicos por estadunidenses ou mesmo de produção nacional (MORGENFELD, 2009).

Após esse breve histórico de motivos que ensejaram as relações conflituosas entre Argentina e Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, passemos a uma análise mais minuciosa da relação entre esses dois países em dois períodos da década de 1930, que revela uma escalada de tensões (MORGENFELD, 2009). De 1930 até 1936, essa relação não foi de enfrentamento, devendo-se em parte à expectativa argentina de que os EUA finalmente abririam extensivamente seu mercado aos produtos argentinos. Contudo, na Conferência da Consolidação da Paz, em 1936, a Argentina se opôs contundentemente à proposta dos Estados Unidos de defesa continental em caso de ameaça externa, fundamentando-se em um discurso universalista, ou seja, enfatizando os compromissos da Argentina com os países europeus em detrimento dos vínculos com os Estados Unidos, o que já vinha sendo esboçado na participação ativa do país na Liga das Nações. O nível de discordância entre ambos os países permaneceu constante nessa década pelo menos até 1939.

Com relação às relações Estados Unidos-Argentina durante a Segunda Guerra Mundial, importa mencionar que, em dezembro de 1939, foi deflagrada a Batalha do Rio da Prata, conflito entre embarcações britânicas e um navio alemão, o *Graf Spee*, na costa uruguaia. Este episódio revelou que a segurança dos países da região, neutros frente à guerra, não estava assegurada. Assim, após um mau recebimento pelo governo britânico de uma indicação argentina de abandono da neutralidade, em abril de 1940, o ministro argentino das relações exteriores, José María Cantilo, propôs ao embaixador dos EUA, em caráter confidencial, que ambos os países rompessem sua neutralidade formal e adentrassem no conflito como não beligerantes.

O governo dos EUA rejeitou a proposta, alegando, dentre outros motivos, que ela poria em risco a unidade interamericana, a opinião pública não aceitaria tal mudança, além de que seria necessária uma prévia consulta ao Congresso. A imprensa soube da proposta e a tornou pública em

maio de 1940, o que gerou uma repercussão negativa na Argentina. Muitos argentinos alegavam que essa medida ia de encontro aos princípios da política externa do seu país e pediam a renúncia de Cantilo. Em consequência dessa reação, o presidente Ortiz emitiu uma declaração afirmando que a Argentina adotaria uma posição de imparcialidade mais estrita na guerra (ESCUDE, 1995).

Contrariando os motivos elencados para não aderir à proposta argentina, em junho de 1940, Roosevelt fez um pronunciamento declarando que os EUA dariam prioridade ao fornecimento de suprimentos à França e à Grã-Bretanha:

Isso não era nem mais nem menos do que a postura favorável aos Aliados, sem beligerância, que a Argentina havia sugerido seis semanas antes. No entanto, a proposta argentina não apenas foi rechaçada, como também Roosevelt estabeleceu publicamente a ruptura “não beligerante” da neutralidade como política oficial dos Estados Unidos sem consultar o Congresso e sem sequer prestar qualquer referência circunstancial à anterior proposta argentina (ESCUDE, 1995, p. 11, tradução e grifo da autora).

Como evidenciou Escudé (1995), quanto a esse novo posicionamento estadunidense, o setor nacionalista argentino, que anteriormente já tinha criticado a proposta do governo nacional de romper com a neutralidade, dificilmente convergiria com uma entrada da Argentina no conflito nesse contexto, que seria identificada como uma flagrante subjugação aos interesses dos EUA.

A questão é que Ortiz e Cantilo lideravam o setor argentino pró-Aliados e eram favoráveis a um alinhamento não só com os Aliados, mas também especificamente com os Estados Unidos (TULCHIN, 1989). Desse modo, entre o final de 1940 e o início de 1941, ocorreu uma maior aproximação bilateral entre EUA e Argentina, que, contudo, foi incisivamente modificada nos meses seguintes. Em suma, isso se deveu a duas questões. Primeiro, ao ataque japonês à base estadunidense de Pearl Harbor em 1941, fator que, como previamente analisado, foi o estopim para não só a entrada dos EUA no conflito, como também para pressionar os países americanos a declararem guerra ao Eixo. Segundo, à mudança de linha ideológica da política externa argentina frente à guerra. Quando Ortiz renunciou ao cargo, em junho de 1942, devido a problemas de saúde, Castillo, que era um defensor afincado da neutralidade, assumiu a presidência.

Frente ao aumento das pressões dos Estados Unidos sobre os países americanos para romperem relações com o Eixo na Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, os dirigentes argentinos se posicionaram contundentemente contra a imposição desse rompimento, o que aprofundou o tensionamento da relação entre a Argentina e os EUA. Desde então, uma série de medidas econômicas e políticas foram adotadas contra a Argentina para pressioná-la a romper a neutralidade. A retórica ascendente que fundamentava a adoção dessas políticas era a de que o governo argentino representava uma ameaça nazifascista ao continente americano, endossada por

representantes do governo estadunidense da linha dura, como o secretário de Estado Hull, o vice-presidente Wallace e o secretário do Tesouro Morgenthau, os quais compartilhavam a ideia de que a Argentina seria a virtual responsável por uma Terceira Guerra Mundial (ESCUDE, 1995)².

Uma das primeiras sanções impostas pelos EUA contra a Argentina foi a de proibir a venda de armamentos para este país, declarada pelo Departamento de Estado em fevereiro de 1942. No âmbito econômico, dentre outras medidas, foram restringidas exportações dos Estados Unidos para a Argentina, assim como a entrada de importações argentinas no país norte-americano. No tocante às relações diplomáticas, as pressões aumentavam, uma vez que a participação da Argentina em determinadas conferências passou a ser cerceada, a exemplo de uma reunião idealizada por Roosevelt, que ocorreu em fevereiro de 1943, sem a participação argentina.

Por sua vez, com o golpe de Estado na Argentina em 4 de junho de 1943, que culminou na ascensão de Ramírez à presidência, as pressões se arrefeceram. Isso porque as lideranças estadunidenses, que condenavam reiteradamente a posição neutra do país sul-americano, viram nesse evento uma possibilidade de mudança de orientação da política externa argentina, o que se traduzia, em sua perspectiva, em um eventual rompimento das relações do país com o Eixo:

[...] Hull e seus homens festejaram a notícia, convencidos de que a derrubada de Castillo conduziria a Argentina à ruptura das relações com o Eixo. Na verdade, o golpe surpreendeu a todos. Os britânicos também acreditaram que o golpe levaria à ruptura. A embaixada alemã queimou seus arquivos secretos [...]. Esse otimismo foi registrado por jornais dos Estados Unidos. Ingenuamente, supunham que a maioria dos argentinos estava a favor da beligerância, mas havia sido reprimida por um governo pró-Eixo (ESCUDE, 1983, p. 113-115, tradução da autora).

Contudo, esse otimismo se transformaria novamente em acusações inflamadas por parte dos EUA, quando, em 12 de junho, o *FBI* enviou ao governo estadunidense um relatório sobre Ramírez, relatando enfaticamente o serviço que este exerceu pelas Forças Armadas por quatro anos na Alemanha e na Itália; e, em 14 de junho, o governo argentino suspendeu a *Acción Argentina*, uma organização pró-Aliados com cerca de 400.000 membros (ESCUDE, 1983). A partir de então, Hull tomava medidas para diminuir o poder do governo argentino, enquanto este, em cujo seio crescia a influência de setores majoritariamente nacionalistas e defensores da manutenção da posição neutra, respondia com maior vigilância a empresas estadunidenses: “até fins de julho o governo argentino designou interventores em oito importantes empresas norte-americanas, incluindo a Ford, a *General Motors*, a *International Harvester*, a *Goodyear* e a *Firestone*” (ESCUDE, 1983, p. 116, tradução da

² Não é objetivo do presente artigo discorrer sobre os conflitos intragovernamentais, ou especificamente dentro do Departamento de Estado, que exerciam relevante influência sobre a política externa dos EUA para a Argentina. Todavia, é importante destacar que as decisões dessa política externa não tiveram uma base homogênea no decorrer da Segunda Guerra. A balança entre uma linha dura, que era incisivamente a favor das sanções à Argentina, e uma linha branda, em prol do diálogo, pendia para um lado a depender da conjuntura interna e internacional, ao tempo em que existiam dissidências e subdivisões relevantes dentro de cada uma dessas alas.

autora). Soma-se a esse acontecimento, que revelou o fortalecimento dos setores nacionalistas no governo, a saída, induzida por esses segmentos, do chanceler argentino pró-Aliados Storni, devido à recusa, pelo governo estadunidense, do pedido de Storni pela facilitação de envio de armamentos dos EUA à Argentina (MORGENFELD, 2009).

Após o golpe de Estado na Bolívia, que se sucedeu em dezembro de 1943, o Departamento de Estado ameaçou o governo argentino de tornar públicas evidências de que este estava envolvido no golpe. Essa ameaça, que compunha parte das sucessivas pressões estadunidenses, resultou no rompimento das relações diplomáticas da Argentina com o Eixo em janeiro de 1944. Contudo, essa decisão não foi bem recebida pelos setores das Forças Armadas defensores da neutralidade, culminando, em março de 1944, na renúncia de Ramírez e na assunção de Farrell como presidente.

Esse episódio foi interpretado pelos dirigentes do Departamento de Estado como outro golpe, e, assim, serviu de justificativa para aumentar as pressões sob o novo governo, a partir do não reconhecimento deste, caracterizando-o como nazifascista. Além disso, Hull solicitou à Grã-Bretanha que parasse de comprar carne da Argentina, o que não foi atendido, uma vez que os britânicos dependiam de produtos alimentícios importados do país (MORGENFELD, 2009).

O governo britânico esteve satisfeito com a participação argentina na guerra em forma de fornecimento de suprimentos, embora a declaração de guerra ao Eixo fosse, na perspectiva britânica, quanto na estadunidense, um símbolo da aceitação argentina do cenário pós-guerra (KIMBALL, 1989). Cabe ainda destacar que o pagamento por esses suprimentos foi realizado pela Grã-Bretanha apenas ao final da guerra (MORGENFELD, 2009).

Com a renúncia de Hull ao cargo em novembro de 1944, devido a questões de saúde, Nelson Rockefeller, que compunha a linha branda, assumiu a agenda da política externa dos EUA para a América Latina, modificando a direção anterior de Hull:

Agora, em sua nova posição, ele sustentava que o "caso argentino" deveria ser resolvido pragmaticamente e não ideologicamente, e a solução estava nos processos de industrialização dos países latino-americanos onde os EUA deveriam desempenhar um papel importante. Sua visão correspondia a interesses econômicos e estratégicos diferentes dos de Cordell Hull e de outros funcionários da administração americana (RAPOPORT & GOODWIN, 1989, p. 85, tradução da autora).

Essa nova perspectiva fez com que houvesse uma aproximação entre Argentina e Estados Unidos, e este passasse a discutir a reinserção argentina no sistema pan-americano, questão que foi debatida na Conferência de Chapultepec, realizada entre 21 de fevereiro e 8 de março de 1945. Uma das resoluções dessa reunião foi a condição de que a Argentina declarasse guerra ao Eixo para que se efetivasse sua reinserção e para que o país tivesse garantida a sua participação na ONU, cuja

primeira reunião aconteceria poucas semanas após a Conferência de Chapultepec. Por fim, em 27 de março de 1945, a Argentina declarou oficialmente guerra ao Eixo.

A partir da explanação acerca das nuances das relações político-econômicas entre Estados Unidos e Argentina, passemos a uma análise minuciosa de motivações internas que ensejaram a posição neutra argentina por um período prolongado do conflito, a fim de que se possa verificar a existência ou não de compatibilidade da retórica e prática estadunidenses contra o país sul-americano.

3. A questão da neutralidade argentina sob distintas perspectivas

Refletir sobre o que a neutralidade argentina representou sob os distintos prismas da Argentina e dos Estados Unidos requer, primeiramente, uma compreensão de que, dentro de cada um desses países, o processo decisório acerca de como se posicionar frente à guerra, por parte da Argentina, e frente à neutralidade deste país, por parte dos Estados Unidos, não foi isento de visões dissidentes. Todavia, quanto a este último país, o fator de consolidação de um projeto hegemônico nas Américas, formatado pelo discurso pan-americanista, foi um norte comum tanto dos setores da linha dura quanto da linha branda, apesar de se diferenciarem pelos métodos de estabelecimento desse projeto. Por sua vez, compreender as razões para o posicionamento neutro da Argentina requer uma análise também de como a sociedade percebia o país no sistema internacional, bem como da tradição diplomática argentina frente aos conflitos europeus.

Quanto ao primeiro elemento – a autopercepção argentina – é possível identificar, da década de 1880 até a Primeira Guerra Mundial, uma crença generalizada de que o país seria uma potência, devido ao crescimento econômico nacional a par da modernização de cidades e do ensino, como apresentado na seção anterior. Além dessa constatação, Escudé (1995) aponta que do início do século XX até anos após a Segunda Guerra, o sistema educacional argentino tinha elementos de uma “doutrina da superioridade argentina”, expressa fundamentalmente em textos escolares (ESCUDE, 1995).

Apesar de Escudé (1995) ter argumentado que essa doutrina da superioridade foi um dos elementos formadores da cultura política argentina, a qual, ele conclui, compatibilizou-se ao fascismo europeu, aqui se entende que a constatação ou não de uma identificação interna de governos argentinos com o fascismo perpassa também outras discussões sobre dinâmicas internas de interesses político-ideológicos e econômicos, que não se encontram no escopo do presente artigo.

A partir disso, é possível depreender que, em determinado grau, havia ainda disseminada culturalmente na sociedade argentina, no decorrer da Segunda Guerra, a crença de que a Argentina tinha (ou ao menos deveria ter) uma margem de manobra suficiente para que o seu posicionamento no conflito resultasse em uma demonstração de autonomia. Isso deu ensejo aos movimentos políticos nacionalistas no país, que se fortaleceram principalmente com a ascensão do setor nacionalista das Forças Armadas que engendraram o golpe de 1943. Desse modo, as pressões dos Estados Unidos, que eram percebidas por esses grupos sob o crivo anti-imperialista, foi mais um dos motivos para não endossar a ruptura da posição neutra do Estado argentino.

Em relação ao segundo elemento – a tradição diplomática argentina em questões de conflitos europeus –, cabe um destaque especial para duas contendas nas quais a compreensão do posicionamento do Estado argentino e de diferentes setores da sociedade auxiliam o entendimento do modo como atores na Argentina se posicionaram frente à Segunda Guerra. O primeiro conflito é a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), durante a qual a Argentina se manteve oficialmente neutra, perpassando os governos dos presidentes Victorino de la Plaza (1914-1916) e Hipólito Yrigoyen (1916-1922). O segundo é a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), em que se travou uma árdua disputa pelo governo da Espanha entre os republicanos, que defendiam a permanência do governo que os representava, e os franquistas, os quais desencadearam o conflito após uma tentativa de golpe de Estado liderado pelo general Francisco Franco.

A posição neutra da Argentina na Primeira Guerra tem relevância, em suma, por dois motivos. Primeiramente, porque esse foi o primeiro conflito europeu de grandes proporções, logo a Argentina ser um país neutro nessa guerra tinha impactos expressivos, por exemplo, em nível comercial e político. Segundo, como Tato (2008) elucida, houve uma mobilização significativa de setores argentinos, a partir de 1917, em torno da questão da pertinência da Argentina entrar ou não no conflito, o que gerou debates que seriam retomados com afinco na Segunda Guerra.

A historiadora aponta que essas discussões permearam o âmbito da conformação da identidade nacional, a partir de uma confrontação ideológica entre um nacionalismo cosmopolita, que era base dos defensores da entrada da Argentina ao lado dos Aliados, e o nacionalismo local, que sustentava os argumentos dos que advogavam a continuidade da posição neutra. No nacionalismo local é importante observar dois movimentos: 1) o hispanismo sob a forma de justificar a neutralidade argentina com base na decisão da Espanha em se manter neutra na guerra (condição que afirmava existir um laço entre ambos os países, reivindicando o passado colonial); 2) o hispano-americanismo anti-imperialista, que era advogado também por Yrigoyen, sob a justificativa de se manter neutro na guerra, junto aos demais países hispano-americanos, como uma

política de autonomia frente às pressões dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha para que a Argentina e outros países hispano-americanos neutros entrassem na guerra ao lado dos Aliados.

Quanto à Guerra Civil Espanhola, o Estado argentino não declarou oficialmente uma posição frente ao conflito, mas a grande quantidade de imigrantes espanhóis na Argentina participou, dentre outras formas, por meio de organizações que concediam apoio às partes em conflito, sendo a maioria em prol dos republicanos. Nessa conjuntura, os argentinos também passaram a se engajar nas organizações de apoio, e questões relativas ao conflito passaram a circular no ambiente social do país. Os apoiadores argentinos dos franquistas eram essencialmente católicos e nacionalistas:

Entre os católicos argentinos, um forte movimento de renovação intelectual vinha se desenvolvendo desde 1920, inspirado nas doutrinas de Pio XI sobre a "restauração cristã da sociedade" e o "advento do reinado de Cristo". Para eles, a Argentina era uma "nação católica" e, em sua interpretação da nacionalidade, atribuíram um papel importante à *Hispanidad*, de acordo com a versão católica nacional de Marcelino Menéndez y Pelayo. [...] Em 1936, os católicos viram em Franco não apenas quem restaurou a ordem e eliminou os comunistas, mas também o instigador de uma "nova ordem", que eles identificaram com o reinado de Cristo. [...] Os grupos nacionalistas foram os mais ativos, tanto na rua quanto na imprensa. **Eles eram muitos e estavam muito divididos, mas concordavam na aspiração por uma Nova Ordem, inspirada no fascismo. A adesão ao franquismo contribuiu para sua expansão** (ROMERO, 2011, p. 20-21, tradução e grifo da autora).

Por sua vez, argentinos socialistas, comunistas, anarquistas, dentre outros setores, colocaram-se ao lado dos republicanos, compondo uma frente antifascista.

A partir da observação da neutralidade do Estado argentino nessas duas guerras, é evidente que a decisão do governo do país em adotar esse posicionamento na Segunda Guerra pressupôs uma tradição diplomática, com respaldos mais recentes na Primeira Guerra Mundial e na Guerra Civil Espanhola. Uma segunda questão é que na Primeira Guerra, nacionalistas se mobilizaram em torno de movimentos formadores de identidade – hispano-americanistas e anti-imperialistas –, e, na Guerra Civil Espanhola, suscitaram debates relacionados ao fascismo e à democracia. Na Segunda Guerra, os debates acerca do posicionamento e do papel argentino no conflito abrangeram, justamente, ambas as proposições, tanto de identidade nacional quanto da contraposição entre fascismo e democracia.

Com essa breve análise de causas para a decisão e manutenção da neutralidade do Estado argentino na Segunda Guerra, é possível compreender que, para além de uma tradicional relação conflituosa com os Estados Unidos, existiam condições internas para esse posicionamento frente ao conflito, com questões próprias que distavam do conteúdo das acusações perpetradas pelo governo estadunidense.

De fato, existiram operações do Terceiro Reich enviadas não apenas à Argentina, como para outros países vizinhos, por meio, por exemplo, de veículos de comunicação e estímulos aos partidos e forças políticas correligionárias do nazifascismo. Todavia, a partir de 1943 mais especificamente, o senso de urgência reivindicado pelo governo dos EUA acerca dessa temática e a acusação feita em meados de 1944 de que a Argentina poderia vir a compor um Quarto Reich não tinham respaldo objetivo:

O restante do partido nazista foi dissolvido sob pressão do governo; a antiga sociedade alemã de bem-estar social retomou o trabalho de caridade do qual os nazistas o expulsaram na década de 1930. Das organizações nazistas, apenas a Frente Trabalhista permaneceu ativa. A suástica praticamente desapareceu da Argentina alemã e foi substituída por uma folha de carvalho, símbolo tradicional do nacionalismo alemão, usada discretamente na lapela. [...] Os desastres do Eixo em El Alamein e Stalingrado, os bem-sucedidos desembarques aliados no norte da África, no início de 1943 descartaram até a possibilidade remota de um avanço do Eixo na América Latina (NEWTON, 1984, p.91-92, tradução da autora).

Conclusão

As relações entre a Argentina e a Grã-Bretanha, mais especificamente as diplomáticas e econômicas, foram tradicionalmente harmoniosas, o que se manteve por um período prolongado da Segunda Guerra Mundial. Isso porque o governo britânico percebia a ajuda argentina fornecida aos Aliados por meio de venda de suprimentos como suficiente, e, especificamente no caso das vendas à Grã-Bretanha, esta apenas realizou os pagamentos ao final do conflito, como exposto anteriormente no artigo. Devido, em partes, a esse papel de fornecimento de bens essenciais aos Aliados, e, especialmente, a esse vínculo mais forte com a Grã-Bretanha, a neutralidade argentina não pode ser identificada como uma posição equidistante do Eixo e dos Aliados, o que permite classificá-la como uma neutralidade benevolente, “quando se preserva a condição de um Estado neutro, mas se favorece a causa de um dos beligerantes” (RUSSELL & TOKATLIAN, 2000, p. 11, tradução da autora).

Quanto à percepção dos Estados Unidos acerca da neutralidade argentina, cabe destacar que, para além de uma dimensão ideológica, que representasse a defesa da democracia liberal e o combate ao nazi-fascismo, a adesão oficial pan-americana ao esforço de guerra dos Aliados também foi uma preocupação instrumentalizada pelos EUA em suas relações com os países latino-americanos. Nesse sentido, como já analisado, constituiu um recurso de substancial importância para a consolidação de mecanismos multilaterais pan-americanos, contribuindo para potencializar a projeção hegemônica estadunidense sobre o conjunto das Américas. Portanto, a negação dos Estados Unidos em 1940 à proposta argentina de não beligerância, por um lado, e as sucessivas pressões sobre o país sul-americano para romper relações com o Eixo, por outro, formataram uma

contradição plenamente compreensível nos marcos dessa estratégia mais ampla da inserção hemisférica dos EUA.

Como discutido na segunda seção do artigo, além de corresponder a uma posição contrária às pressões dos Estados Unidos, com o qual possuía uma tradicional relação conflituosa, a decisão da neutralidade também teve suas motivações internas, construídas desde períodos anteriores pelas percepções sociais e do Estado argentino em conflitos europeus, a Primeira Guerra Mundial e a Guerra Civil Espanhola. Dessa forma, a neutralidade argentina respondeu, fundamentalmente, a duas questões: (1) contradições com os interesses estadunidenses, que já vinham sendo expressas há tempos no âmbito bilateral e hemisférico, e aprofundadas no contexto da Segunda Guerra Mundial; (2) entrelaçamento de tradições da política externa (de autonomia e neutralidade) com as bases materiais da sociedade argentina de então (com grupos políticos capazes de sustentar o posicionamento de neutralidade).

Referências

- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. (2015) Da diplomacia do dólar à diplomacia da boa vizinhança: continuidades e diferenças na política dos Estados Unidos para a América Latina (1898-1933). **Nova Economia**, 25 (1): 59-80.
- DE BRITES FIGUEIREDO, Alexandre Ganan; BRAGA, Márcio Bobik. (2017) Simón Bolívar e o Congresso do Panamá: O primeiro integracionismo latino-americano. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, 9 (2): 308-329.
- DI TELLA, Torcuato S., Ed. (2017) **História Social da Argentina contemporânea**. Brasília: FUNAG.
- ESCUDE, Carlos, Ed. (1983) **Gran Bretaña, Estados Unidos y la declinación argentina 1942-1949**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano.
- _____. (1995) Un enigma: la “irracionalidad” argentina frente a la Segunda Guerra Mundial. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, 6 (2): 5-33.
- FERNANDES, Luis, Ed. (2000) **O enigma do socialismo real**. Rio de Janeiro: Mauad.
- FERRER, Aldo; ROUGIER, Marcelo, Ed. (2004) **La economía argentina: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI**. Buenos Aires: Fondo de Cultura económica.
- KIMBALL, Warren F. (1989) ‘The Juggler’: Franklin D. Roosevelt and Anglo-American Competition in Latin America. In DI TELLA, Guido & WATT, D. Cameron (ed.). **Argentina between the Great Powers, 1939–46**. London: Palgrave Macmillan, 18-33.
- MARTINS, Carlos Eduardo, Ed. (2011) **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo.
- MORGENFELD, Leandro Ariel. (2009) **Argentina frente a Estados Unidos en las conferencias panamericanas (1880-1955)**. Dissertação de Doutorado em História, apresentada à Facultad de Filosofía y Letras da UBA (Orientador: Prof. Dr. Mario Daniel Rapoport).

NEWTON, Ronald C. (1984) The United States, the German-Argentines, and the Myth of the Fourth Reich, 1943-47. **The Hispanic American Historical Review**, 64 (1): 81-103.

RAPOPORT, Mario. (1995) Argentina y la Segunda Guerra Mundial mitos y realidades. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, 6 (1): 5-21.

RAPOPORT, Mario; GOODWIN, Paul B. (1989) Foreign and Domestic Policy in Argentina during the Second World War: The Traditional Political Parties and the Military Regime, 1943–1945. *In*: DI TELLA, Guido & WATT, D. Cameron (ed.). **Argentina between the Great Powers, 1939–46**. London: Palgrave Macmillan, 77-110.

ROMERO, Luis Alberto. (2011) La Guerra Civil Española y la polarización ideológica y política: la Argentina 1936-1946. **Anuario Colombiano de historia social y de la cultura**, 38 (2): 17-37.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel (2000) Los neutrales en la Segunda Guerra Mundial. **Revista Ciclos: Los Nazis en la Argentina: política y economía**, 10 (19): 7-50.

TATO, María Inés. (2008) Nacionalismo e internacionalismo en la Argentina durante la Gran Guerra. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 36 (1): 49-62.

TULCHIN, Joseph S. (1989) The Origins of Misunderstanding: United States—Argentine Relations 1900–1940. *In* DI TELLA, Guido & WATT, D. Cameron (ed.). **Argentina between the Great Powers, 1939–46**. London: Palgrave Macmillan, 34-55.

VAN KLAVEREN, Alberto. (1992) Entendiendo las políticas exteriores latinoamericanas: modelo para armar. **Estudios internacionales**, 25 (98): 169-216.